

Empresários são favoráveis a suspender juros aos credores

por Cynthia Malta
de São Paulo

O Brasil não deve pagar os juros da dívida externa no valor de US\$ 2,3 bilhões no próximo dia 15 de setembro, caso não consiga obter recursos para manter o nível de suas reservas cambiais. Posição semelhante — atrasar o pagamento dos juros — deve ser adotada pelo próximo governo até que o País negocie a redução do principal da dívida, alongamento no prazo de pagamento e juros menores, além de “dinheiro novo”.

Essa estratégia, já esperada pela comunidade financeira internacional, de maneira alguma deverá significar perdas para o setor privado. Este, que nos últimos anos se acostumou à escassez de crédito externo, tem certeza que as linhas de curto prazo não serão retiradas do mercado, pois, constituem um ótimo negócio para os bancos estrangeiros. Portanto, uma posição mais firme do Brasil com relação aos seus credores em nada poderá afetar o empresariado brasileiro.

Essa idéia — defendida há muito tempo por economistas considerados liberais, como o norte-americano Jeffrey Sachs, que sempre pode defender a moratória — já toma corpo no meio empresarial. Até há pouco tempo, os em-



Takashi Sanefuji

presários, impressionados com os efeitos da moratória brasileira de fevereiro de 1987, julgavam uma opção desastrosa a suspensão, ou até mesmo atraso do pagamento dos juros. Atualmente, porém, nota-se a formação de um consenso em torno de um tratamento menos ortodoxo em relação à dívida até entre empresários ligados a multinacionais.

BANCOS PREPARADOS

“O Brasil deveria suspender o pagamento dos juros por uns três anos e utilizar esses recursos para liquidar a dívida interna, o que faria baixar a inflação. Garanto que os bancos aceitariam, pois já estão preparados para isso”, afirma Takashi Sanefuji, diretor-presidente da Companhia Brasileira de Esti-

reno (CBE), que tem 48% do capital controlado pelo grupo norte-americano Monsanto, 29% pela Veba alemã e 23% pela estatal brasileira Petroquisa, segundo o guia Interinvest.

Sanefuji lembra que mesmo no Japão, considerado um país severo com relação a questão da dívida externa, existe o reconhecimento de que a dívida brasileira “já está bem paga”. Ele conta que em 1985 quando esteve no Japão, “um economista japonês já dizia que o Brasil tinha pago muitos juros e precisava reduzir o principal”.

No setor exportador, que poderia estar preocupado com eventuais retaliações da comunidade financeira internacional, como redução do crédito, diante de uma suspensão de juros, a idéia de dar um tratamento heterodoxo à questão da dívida está crescendo. Os exportadores não temem uma redução na concessão de financiamentos das linhas de curto prazo, única forma de crédito disponível para o Brasil.

“Os bancos não irão retirar as linhas de curto prazo, pois, são com elas que as exportações são geradas e pagamos a dívida. Além disso, essas linhas são um ótimo negócio para os bancos”, diz Roberto Nicolau Jeha, presidente da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.

Para Jeha, “em hipótese

alguma devemos pagar os US\$ 2,3 bilhões em 15 de setembro, a menos que nos seja concedido um empréstimo-ponte com prazo de pagamento ampliado e juros fixos”.

Na opinião do presidente da Silex Trading, Roberto Fonseca, “o Brasil tem de dizer como e quando pode pagar. O que não podemos é pagar a dívida integral”. Fonseca defende que “essa dívida não tem solução ortodoxa”.

O presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo e proprietário da Ipiranga Aços Especiais S.A., Nildo Masini — que foi convidado pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, para assistir à reunião dos dias 25 e 29 deste mês no Fundo Monetário Internacional (FMI) — garante que “nossos credores já estão preparados para um atraso nos pagamentos dos juros”.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy Mendonça, também diretor de recursos humanos da multinacional Autolatina — “holding” que controla a Volkswagen e a Ford — acha que o próximo governo deverá iniciar sua administração reduzindo o principal e os juros e, enquanto isso não for negociado, a suspensão dos juros seria uma estratégia normal.